

PAULO LARA

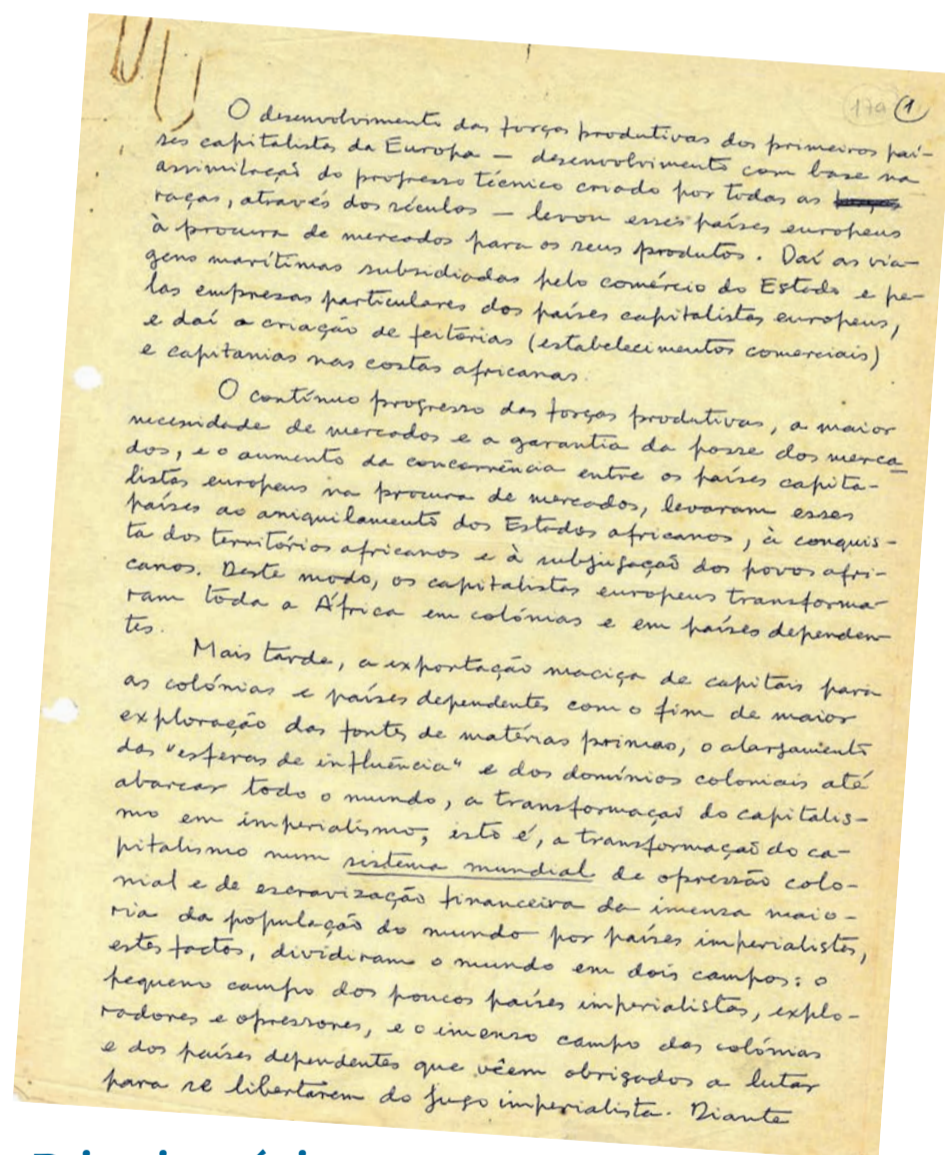
O 'Bando de Neto' visto pela PIDE/DGS & Carlos Pacheco (A propósito de uma 'inquisição' ao nacionalismo angolano)

A recente publicação e posterior leitura atenta de dois volumes de uma "Biografia de um ditador (História do MPLA em carne viva)", de Carlos Pacheco, resulta, sistematicamente, em duas posições extremadas. Os que aplaudem de imediato, apenas em razão das suas escolhas político-ideológicas e os que, fruto de um já apreciável processo de leitura, investigação e estudo, se surpreendem com o inaudito que é transformar o imenso manancial de material existente nos arquivos da PIDE-DGS em provas provadas e acima de qualquer suspeita a propósito da História de Angola.

CARLOS FERREIRA

A visão de Carlos Pacheco assemelha-se, com algum perigo, aos juízos de valor que a PIDE tinha e formulava sobre os movimentos de libertação, neste caso concreto, do MPLA. Um bando de terroristas, de psicopatas e de assassinos. Como fazer a análise de uma leitura tão enviesada, tão, diríamos mesmo, perturbada, sem uma visão que devia requerer algum rigor científico, objectivo, a partir dos muitos documentos que já estão à disposição dos estudiosos?

Está "na moda" o surgimento de publicações pretensamente históricas baseadas sobretudo ou totalmente em documentos dos arquivos da antiga polícia fascista portuguesa. Se estes são efectivamente incontornáveis para os estudiosos que investigam o período colonial ou sobre nacionalistas, não podem nunca ser usados sem uma profunda análise, averiguação e confrontação com outras fontes. No presente caso, é evidente ser um trabalho claramente *partisan* e com um objectivo político definido, não um trabalho histórico, como aliás se tem podido reparar em outras publicações do mesmo autor. Há que reconhecer, no entanto, que possui muitos dados referenciais interessantes sobre alguns acontecimentos, fornece indicações úteis sobre documentos e fontes existentes nos arquivos da PIDE. Mas



Primeira página do Manifesto da criação do Movimento Popular de Libertação de Angola, escrito pelo punho de Viriato da Cruz

no que diz respeito ao uso das mesmas, à linguagem usada, à facilidade com que faz acusações e chega a conclusões, direi simples e educadamente que é mais um trabalho muito pouco sério. Mas, evitando entrar muito em análise generalista do livro, acho conveniente contribuir com algumas alertas e observações sobre algumas das inúmeras fal-

sidades que pude observar no livro de Carlos Pacheco (CP) resultando das consultas e entrevistas que realizei ao longo destes últimos anos. Não usarei aqui o facto de ter sido observador e actor de alguns momentos referidos por CP, e muito menos o de ser filho de um dos protagonistas do "bando do Neto".

Acho necessário mencionar, antes de



PERFIL

Paulo Lara, um dos co-fundadores da ATD, Associação Tchiveka de Documentação, director do projecto "Angola nos Trilhos da Independência", trabalha neste momento a tempo integral na recolha e estudo do material que a Associação vai recebendo, a partir do próprio trabalho da ATD, por via da oferta do espólio de vários companheiros de luta, membros da associação e patriotas preocupados com o silêncio quase generalizado no que diz respeito à nossa História mais ou menos recente,

mais, que já em 1997, no seu livro "MPLA, um Nascimento Polémico", o autor fizera uma afirmação que se tornaria paradigmática e que convém recordar: "É falsa a 'história' do famigerado 'Manifesto' do MPLA (...). Onde se encontra afinal esse papel que nunca ninguém viu? Eu pessoalmente já pesquisei de ponta a ponta os núcleos documentais do arquivo da PI-



DE atinentes ao MPLA e nunca esse papel se me revelou. Por isso posso afiançar com toda a segurança que, relativamente a esse “Manifesto”, as versões de Franco de Sousa, António Jacinto e Lúcio Lara não têm a mínima credibilidade factual e histórica.” (Pacheco, 1997: 33) O tal “papel que nunca ninguém viu”, e portanto não existiu porque não o encontrou nos arquivos da PIDE, veio a surgir, tempos depois, tanto no arquivo de Lúcio Lara como no de Mário de Andrade. CP nunca se desculpou das falsas afirmação e acusações que usou “com toda a segurança”. Este caso tornou-se, pelos investigadores, estudiosos e professores, como exemplo de uma metodologia a nunca seguir, afirmações a evitar e como não transformar uma investigação em inquirição.

Mesmo assim, o autor não só não foi capaz de se aperfeiçoar, mas continuou com o mesmo princípio inquisidor atrás do “Bando do Neto”, sentado durante anos na Torre do Tombo e engendrando das mais caluniosas estórias aproveitando tudo o que São José Lopes (o director da PIDE/DGS em Angola) lhe deixasse à mão.

Ao acabar a leitura dos dois volumes, vieram-nos de imediato à memória os livros publicados e deixados por Ruth e Lúcio Lara e a longa recolha de centenas de memórias pela ATD. Era suposto que estas publicações fossem também fonte de material

de investigação. É aceitável que a escolha unilateral de fontes (que é praticamente reduzida à PIDE...) seja uma escolha que interesse à visão (obsessão...) do autor, tomando como definitivo e indiscutível uma visão parcial e esquecendo a maior parte das restantes fontes?

Só para dar um exemplo, aproveitando o que diz: nos acontecimentos surgidos a 7 de Julho de 1963 que levaram a confrontos entre o MPLA e o grupo de Viriato, CP só se refere a uma versão dos factos e que inquirir à sua maneira. Afirma ele que Manuel Lima, “qual um judas”, teria vexado Viriato à vista de toda a gente, “remessou-lhe os óculos ao chão e esmagou-os com o próprio pé enquanto com um ódio animal nos olhos praguejava “É este o comunista, batam-lhe mais” dirigindo-se aos guardas congolezes”. A fonte que usa CP (e que ira usar várias vezes), um tal António Queirós de Guise, foi um agente da PIDE e delator no MPLA, reconhecido pelo próprio autor. Não encontramos referência deste indivíduo nos documentos que consultámos, não obstante pessoas entrevistadas reconhecerem ter existido. O mesmo teria acabado por fugir para Angola e aí justificar-se com estórias das mais mirabolantes na PIDE e nos órgãos de imprensa sobre o MPLA. Ora, no 3º volume do Amplo Movimento (Lara, 2008:244), está a transcrição da carta de Manuel Lima que se demite a 6 de Julho do MPLA (um dia antes do acontecimento). Existem vários outros

documentos públicos do MPLA assim como entrevistas que o acusam de ter abandonado e de ter fugido para o estrangeiro Movimento, justamente quando a situação se tornou crítica. Ou seja, Lima, na altura, não só não estava no MPLA, como muito provavelmente nem estivesse já em Kinshasa. Não acredito que um historiador não tivesse reparado na carta de Manuel Lima, até porque os três volumes publicados pela ATD possuem um índice remissivo que facilita a localização de cada personagem citada, aspecto que não percebemos estar omitido na sua obra.

Mas acontece só com as fontes da ATD. Há o exemplo do “Caso Chamilo/Cuidado”. Em 1968, no término da 1ª Assembleia Regional da 3ª Região, é fuzilado um membro da direcção militar, o Flávio Fernan-

«Teríamos de recorrer a falsidades sobre variadíssimos casos como a suposta intenção de liquidar o Mário de Andrade»

des “Bombeiro” após ter sido sumariamente julgado pela morte do Comandante da 4ª Região Militar – Pedro Chamilo “Cuidado” e ferimento de outros dirigentes. Também aqui existem vários documentos e entrevistas sobre o acontecido, destacando-se o testemunho de Dino Matrosse, um dos visados por Bombeiro, no seu livro Memórias, que explica em pormenor o acontecimento (2005:190-3). As razões do homicídio são imputadas ou a problemas mentais ligados a assuntos sentimentais que teria Bombeiro (segundo pessoas por nós entrevistadas), ou por não se ter conformado com a promoção de “Cuidado” a um lugar que pensava ser ele merecedor. CP consegue encontrar uma nova versão e, fingindo alguma subtilidade, deixa entender que teria sido Agostinho Neto a incitar “o seu capanga” Bombeiro a cometer o crime, por “Cuidado” ter imputado na Assembleia a morte de Henda ao Presidente Neto (p. 88). E como neste caso, existem várias informações publicadas que contrariam as fontes de Pacheco.

Tomemos outro exemplo mais anedótico. É referido por CP o “fuzilamento” em 1973 do conhecido primeiro Comandante da 5ª Região Militar – João Manuel Samukanga “Tito Moto-Moto” (p.754 e 943). A fonte de CP é fidedigna e este é categórico: “quando se supunha estar a cumprir a pena numa penitenciária de Dar-Es-Saalam, fuzilaram-no”. No entanto, este mesmo comandante está vivo e de perfeita saúde, tendo até sido entrevistado pelo Projecto “Trilhos” da ATD em 2013. Quantos não terão sido “fuzilados” por Pacheco e continuaram ou continuam vivos?

Outra invenção, já menos caricata, é a da “execução” de Jika. São dezenas os testemunhos da morte do Jika que estiveram ao lado dele na altura. Temos na ATD registo de alguns deles. Jika morreu no Morro do Chizo, atingido por um estilhaço de obus de morteiro proveniente de uma posição da FNLA. CP volta a insistir, depois da mesma acusação na sua publicação de 2010, que Jika foi atingido por uma espingarda telescópica instalada na torre do aeroporto de Cabinda, cujo atirador recebera ordem de Neto, sendo as suas informações baseadas em fontes que “pediram anonimato” (sic). (p.225 & 2010:166). Como este exemplo, existem vários. Desde traidores fuzilados (como em qualquer processo revolucionário), até guerrilheiros mortos em combate, consegue-se deixar entender a existência da mão criminosa do “bando do Neto” e principalmente do seu líder.

Bem, em mais de 1500 páginas de narração baseada principalmente nos dados da PIDE, imagine quantas afirmações feitas podem ser questionadas ou desmentidas... Teríamos que referir as falsidades sobre variadíssimos casos e pessoas como sobre a suposta intenção de liquidar o Mário de Andrade na sua reintegração em meados de 60, sobre o Rafael Zembo Faty, sobre o Benigno Vieira Lopes “Ingo”, o caso de Costa Sobrinho, sobre o Ciel da Conceição “Gato”, o Brica, o Augusto César Kiluanji, João Luís Neto “Xyetu”, Daniel Chipenda, etc. Falsidades, algumas irrelevantes, mas muitas outras atentando contra a dignidade das pessoas, sem o mínimo de retenção ou ética. A possibilidade de existirem informações verídicas não é impossível, mas de tanta manipulação da

Continua na página seguinte ➤

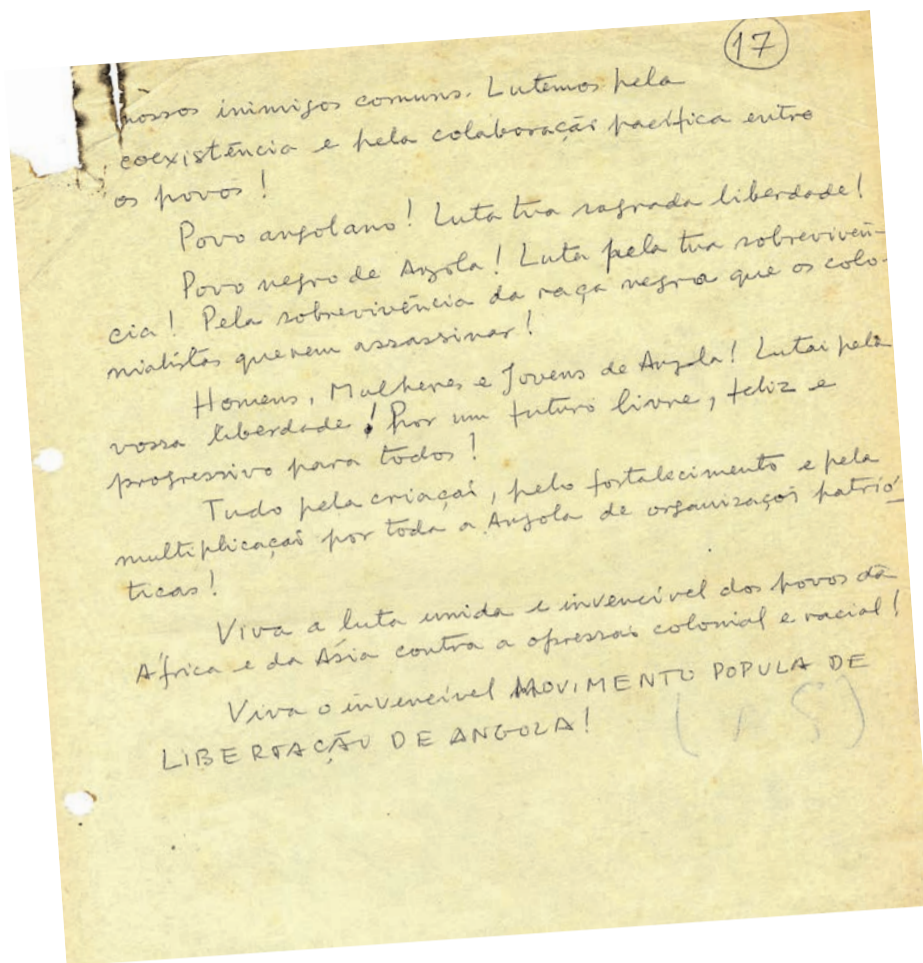
informação feita pela PIDE e CP, só uma revisão minuciosa levada a cabo por estudiosos idóneos poderá dar credibilidade a uma ou outra delas.

À medida que vamos avançando na leitura, encontramos um quadro terrível, em resultado de um “julgamento” no mínimo evitado de subjectivismo: Os líderes africanos são todos definidos da mesma forma, vivendo da ambição da conquista do poder pelo poder... Como olhar para uma descrição que parece retirada de um filme de terror?

Para CP, tal como para a PIDE, os líderes anticolonialistas africanos e dirigentes da luta de libertação, angolanos ou das outras ex-colónias, eram todos feitos da mesma estirpe. Sem nenhuma dificuldade, afirma que Neto “ensoberbado no seu despotismo, ... igualava-se a Samora Machel e a outros líderes independentistas temperados ideologicamente no barro do estalinismo ou do maoísmo” (:72). Não passavam todos eles e os seus “bandos” de um amontoado de malfeitores, quando não de assassinos. Mas não irei por aí...

Depois de Neto, existem claramente para CP dois alvos predilectos que, coincidentemente, também o foram para a PIDE: Iko Carreira, mas também Lúcio Lara.

Em relação ao Iko, uma das principais acusações é de ter tentado desertar. Procurei encontrar em que momento existissem provas que me levassem a acreditar que efectivamente teria a intenção de se entregar aos portugueses e... não encontrei! Os casos dos contactos feitos no Congo em 1965 só confirmam a troca de correspondência e de material enviado de Angola e a tentativa de envio do seu filho, tentativa que abandonaria com o referido comerciante/agente em Kinshasa. CP não refere, pelo menos neste capítulo, que posteriormente Iko encontrou outra forma de enviar o seu filho e por esse motivo foi duramente criticado no seio da organização. Não se sabe até que ponto membros da direcção tinham ou não conhecimento do caso. Quanto aos contactos feitos nas matas próximas do Luena com os dois agentes da PIDE em 1969, a conclusão a que se chega, e conforme previa o próprio director da PIDE São José Lopes citado por CP, é que Iko aproveitou-se dos mesmos para angariar uma grande quantidade de bens alimentares e outros em valores financeiros avultados para apoio ao núcleo guerrilheiro, e acabou por gozar com todo o sistema pidesco, levando a que fosse organizada uma operação para o seu resgate militar no Leste em que não apareceria e prometendo desertar na Itália, onde o seu pai teria que ser o intermediário. Pai esse que Iko sabia ter falecido meses antes. Uma provável forma de gozar com São José Lopes que também o deveria saber... Mas não tendo dados sobre essa matéria, prefiro não especular... O facto é que Iko tinha possibilidade de desertar quando quisesse e não o fez. Mas CP considera que Iko não desertou porque... optou por “dar o mesmo passo daquele sacerdote que no filme Confession, continuava a ajoelhar-se dentro de uma igreja que já não lhe inspirava confiança, só a influência do colarinho o retinha”. (p. 118). CP teria feito melhor figura se substituisse o Confession por mais um episódio da série de Tom & Jerry com São José Lopes (gato Tom) a ser descarada-



Segunda página do Manifesto redigido em 1956

mente usado e ridicularizado pelo Iko (rato Jerry).

Quanto a Lúcio Lara, pelo que me pude aperceber, só existe um caso “criminal” encontrado por CP para sustentar as acusações e adjectivações usadas contra ele, um dos seus alvos predilectos. É o caso de Matias Miguéis. As demais referências feitas a Lara não me parecem enquadrar-se no quadro dantesco em que é apresentado o “acusado”.

Resumindo o acontecimento largamente relatado por CP (pp.165-243): Matias Miguéis, ex-dirigente do MPLA até 1963, que depois se aliou à FNLA, seria detido a 12 de Novembro de 1965 (a data é importante), em companhia de José Miguel, no porto de Brazzaville quando seguiam para Kinshasa. Segundo CP, teriam sido levados para o Bureau do MPLA de Brazzaville, onde diariamente trabalhava Lúcio Lara e se encontrava Agostinho Neto. O Presidente teria indigitado Lúcio e Iko para procederem ao interrogatório que Lúcio teria gravado e cujas fitas ainda estariam hoje em sua posse. Segundo descreve CP: “Enquanto durou o calvário de Matias e José Miguel no cárcere, Lara ia todos os dias ao

bureau trabalhar. Era ele que dirigia a representação do MPLA em Brazzaville, no Rond Point de Moungali e dava ordens a dois soldados que, quais leões de pedra, montavam guarda às instalações e aos prisioneiros” (:179). Dias depois seriam escoltados para Dolisie de carro. CP descreve: “Lara, insensível aos enormes padecimentos antes causados às vítimas, incitou com a alma em delírio os militares que viajavam a espancá-los mais, o que fizeram com um selvagismo inaudito. Parecia uma dança macabra executada ao ritmo de um tambor frenético. O ar incendiou-se com os gritos de dor e de sangue dos sacrificados” (p. 177). Posto isso, chegariam a Dolisie onde acabariam por ser executados. Entre os responsáveis também estaria Daniel Chipenda.

E quais são as fontes da PIDE de que se serve o autor? 1.º) Um comunicado do grupo de Viriato em Kinshasa, que refere possuir uma mensagem enviada por M. Miguéis a informar a sua detenção; 2.º) Uma informação do já referido António Henrique Queirós de Guise que “testemunha” a conversa de Lara com guardas dos detidos antes de partirem para Dolisie e 3.º) As

confissões de António Rebelo de Macedo “Certa”, comissário da coluna Bomboko, capturado em 1971 e longamente torturado (tendo acabado por falecer, anos depois da independência, mentalmente perturbado pelas sequelas da tortura) que descreve detalhadamente todos os acontecimentos, mesmo ficando subentendido não os ter testemunhado, como se pode constatar na gravação que teria sabido por Carlos Rocha “Dilolwa”. Existem complementos de outras informações da PIDE, espalhadas mas sem relevância.

Olhem agora para outras fontes que acredito serem unanimemente aceites na área da história e até da jurisprudência... Em relação à presença e participação de Chipenda, é desnecessário apresentar documentos em contrário. Facilmente se encontram dados que comprovam que, na altura, o mesmo se encontrava na Tanzânia como representante do MPLA. Acredito que o próprio CP tenha alguns documentos da PIDE sobre as actividades desenvolvidas na Tanzânia. É muito pouco provável a presença de Chipenda na altura.

Quanto a Lúcio Lara, consultado um dos seus blocos de apontamentos da época, o mesmo relata as actividades desenvolvidas entre os dias 13 e 23 de Novembro fora de Brazzaville. Acho oportuno resumir as mesmas: 1.º) de 13 a 15 de Novembro (um dia depois da detenção de M. Miguéis em Brazzaville) Lúcio está numa reunião em Dolisie com Henda, Gakson, Petroff e... Iko! (este também acusado de participar no interrogatório em Brazzaville). 2.º) A 16 de Novembro Lara segue para a Zona B (Kimongo) com Lengue e o Soba Manuel. 3.º) A 17 está em Ilupanga, onde faz um reconhecimento ao Posto antigo e reúne com os guerrilheiros. 4.º) A 18 é chamado por Henda e realizam um reconhecimento ao “QS” (?) com Lubota e António Massinga. Posteriormente seguem para Manda Binda, onde estão com os sobas Carlos e Manuel Gomes, e Lara regressa a Dolisie passando por Kimongo e Ilupanga. 5.º) A 21 de Novembro reúne em Dolisie com os delegados vindos de Brazzaville. 6.º) A 23 reúne no CIR (Dolisie) e no dia seguinte com o Comando da 2ª Região. (ALL, Bloco de Apontamentos n.º 5 /1965). Tudo indica que Lara e Iko não estavam em Brazzaville na altura da detenção.

Por outro lado, não encontramos nos arquivos de Lúcio nenhuma fita magné-

João Manuel Samukanga, “Tito Moto-Moto”, entrevistado em 2003. Um dos ‘fuzilados’ anunciado por Carlos Pacheco



Papel de Parede

NOK NOGUEIRA



Um Parlamento à espera de melhor presente

Olhando para o cenário socioeconómico do país, não descurando obviamente o quadro político a ele associado – que acaba por ser o principal e o único responsável da degradação da condição social das famílias angolanas nos dias que correm –, há necessariamente algumas, muitas, perguntas que se não podem evitar fazer; exactamente numa altura em que as respostas tardam a chegar ou simplesmente porque o silêncio que politicamente se fez/faz, ao redor de um extensivo alargamento do quadro de pobreza e de miséria, depauperou inclusivamente o pouco do que ainda restava de um posicionamento ético no exercício do poder legislativo do Estado.

É nosso entendimento que por esta altura, dada a situação assustadora de desespero, de penúria e de sufoco em que se encontra a esmagadora maioria das famílias angolanas, o Parlamento, com função representativa do interesse e dos anseios de todos os angolanos, nos debates mensais, no mínimo, deveria ser a expressão de jure daquilo que foi e é a vontade soberana do povo expressa no sufrágio universal que permitiu elegê-lo. Com a nobre missão, primeira, de, mais do que atender aos interesses “partidocráticos”, salvaguardar os superiores interesses das famílias perante o exercício do poder político, geralmente, com apetites desmedidos quando não fiscalizado!



Ora, em democracia representativa, a actuação do Parlamento angolano é no menor esforço de entendimento uma clara negação de si próprio

Estranhamente, assiste-se a uma actuação parlamentar que não só deixa a desejar, enquanto órgão de soberania, como dá a impressão deste órgão se ter abdicado das suas funções constitucionais, tornando-se hoje num mero espectador da acção do poder político, e revelando-se incapaz de, inclusivamente, auxiliar, em sede da interdependência de poderes, o executivo a não agravar mais, como até aqui aconteceu, a situação de pobreza que parece ter tomado de assalto o país.

Numa altura como esta em que o poder das famílias está extremamente limitado, seria o Parlamento, no âmbito da sua actuação legislativa e principalmente fiscalizadora dos actos do poder executivo, a funcionar como um instrumento de correcção de todas as políticas que não fossem de encontro com os legítimos interesses de cada um dos cidadãos eleitores.

Se durante alguns anos se queixava da Constituição do país como um instrumento atípico, hoje, depois de aprovada a Lei Magna de 2010, o principal elemento atípico na actuação do Estado angolano é, sem sombra para dúvidas, o Parlamento. Que se vai revelando, a nosso ver, inteiramente refém do poder político.

Temos ainda, no quadro desta constatação crítica que fazemos à actuação do Parlamento, a impressão de estarmos perante uma casa das leis que anda há muito de costas voltadas para com o povo que o elegeu; um Parlamento que debate e aprova leis sem que quem o legitimou conheça os argumentos de razão com que são defendidas estas mesmas leis; sem que se dê a assistir (e a ouvir), através dos órgãos de comunicação social públicos, às discussões dessas matérias... Ou seja, estamos perante um caso insólito, em que, diante de duas legislaturas – sendo que delas resultaram a aprovação de um sem número de leis –, a esmagadora maioria dos angolanos não teve acesso aos debates, de tal modo que não sabemos até hoje afirmar com que linhas se coseu este ou aquele partido no acalorar da palavra!

Não bastou, ainda para mais, a Constituição (claramente um dos presentes envenenados do legislador que a redigiu) ter barrado as candidaturas independentes, fazendo-nos nós, simples cidadãos apartidários, igualmente reféns de um qualquer partido político, caso queiramos emprestar a nossa voz às discussões ao Estado de direito democrático, como se só a política partidária justificasse a actuação cívica e cidadã!

Perante tal quadro, muitas são as perguntas que claramente vão ficando sem respostas, como é o caso da acção

fiscalizadora dos actos do executivo que, a pedido da própria maioria parlamentar, foi considerada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional. De tal ordem que a fiscalização dos actos do governo “só pode ser feita mediante uma solicitação das comissões especializadas da Assembleia Nacional, ao presidente da Assembleia e este, por sua vez, solicitar ao titular do poder executivo, cabendo a este orientar ou não os seus auxiliares a irem prestar esclarecimentos ao Parlamento”, tal como determinou o acórdão daquele tribunal.

Ora, em democracia representativa, a actuação do Parlamento angolano é no menor esforço de entendimento uma clara negação de si próprio, uma antítese da função sufragada em pleitos eleitorais que legitimam os mandatos dos lídimos representantes do povo perante os princípios que regem o Estado democrático de direito.

Um Parlamento que assiste à subida do preço do pão, principal produto alimentar do pequeno

almoço das famílias angolanas, e não reage a isso não pode ser um digno representante do povo; um Parlamento que há largos meses vê o poder de compra das famílias diminuir substancialmente a cada virar do calendário, a tal ponto de a cesta básica alimentar estar a um nível de cobertura, com base no salário mínimo adquirido, na ordem dos 30% e não reagir a isso, não é um Parlamento que represente as aspirações do povo angolano.

E é preciso que se lembre que o país, nos moldes em que são discutidas as matérias no Parlamento, nos moldes em que a função legislativa é exercida, sem o mínimo de respeito pelos cidadãos que elegeram os deputados ali representados, não pode estar no “rumo certo”. Estar no “rumo certo” implica que, à semelhança das democracias representativas clássicas, o Parlamento seja o primeiro interessado em dar a ver e a ouvir o que se discute no seu interior, o que se pensa sobre a situação da precariedade que ameaça a estabilidade social das famílias e, por conseguinte, do país. Um Parlamento que ignore tais premissas é claramente um órgão que não representa o voto soberano do povo! ■

tica com declarações de Matias Miguéis. É de recordar que o mesmo, como aliás menciona CP, sempre que questionado sobre esta questão em algumas entrevistas, referiu não ter dados suficientes sobre as mesmas. Creio que através das actas da Reunião Alargada de Dirigentes em 1966, que na lógica de CP também devem estar nos arquivos da PIDE, alguns aspectos do referido caso poderiam ser elucidados, nomeadamente através de intervenções como as de João Vieira Lopes, Deolinda Rodrigues, Benigno Vieira Lopes e outros.

Como bem afirmou, fica difícil levar o CP a sério, e até como romancista de ficção histórica, é indigesto. Mas o problema é que só quem tem algum conhecimento sobre aquele período, pela vivência ou pelo estudo, consegue ter noção das incoerências. Para outros, ou é mais um livro que se junta à muita desinformação e calúnia que têm vindo a surgir e às quais não se dá importância, ou então uma prova da degeneração dos combatentes nacionalistas. Para não falar na oportunidade dada ao aproveitamento político.

A estas publicações que vão saindo a público, quase não se contrapõem resultados da História por parte de todos os actores políticos e militares atacados, com raras excepções, como é o caso da ATD...

O problema é que são este tipo de trabalhos que vão surgindo. Apesar de não acreditar haver muita gente com a obsessão que tem Pacheco e que o leva a permanecer tantos anos mergulhado nos arquivos da PIDE, penso que continuarão a aparecer vários livros de “ficção”, sob a capa de História, sobre a luta de libertação e não só.

Neste caso concreto em que o alvo é o MPLA, junto-me às vozes que apelam à abertura dos arquivos, não só os do Partido como os privados. No mínimo, que se siga o exemplo de alguns países que fazem apelo (ou aceitam) à investigação por historiadores de idoneidade reconhecida dos documentos existentes, mesmo salvaguardando os considerados ainda sujeitos à confidencialidade.

O outro aspecto é a corrida contra o tempo na recolha da memória. Um trabalho que não tem merecido a seriedade e atenção necessária de quem de direito e que tem levado à perda de inúmeros testemunhos, o que dificulta o esclarecimento de várias situações e a possibilidade de desmascarar calúnias.

A História deve ser encarada de forma séria, com investigação, avaliação e cruzamento das fontes, com entrevistas que ajudem a enriquecer os dados obtidos e assim caminhar-se para um entendimento mais objectivo do nosso passado.

Em qualquer país, a história é marcada pela heroicidade dos feitos dos seus combatentes, e os seus filhos não necessitam de ter receio a referências de possíveis imperfeições e erros cometidos. Não existem pessoas imaculadas num processo tão difícil como foi o da luta de libertação, mas aos “imprescindíveis” que “lutaram toda a vida” (Bertold Brecht) há o dever de impedir que a história seja deturpada.

O “honrar o passado e a nossa história” não deve limitar-se a um simples hino nem a uma quimera.

Opinião

MÁRIO AFONSO D'ALMEIDA
AS MINHAS ELUCUBRAÇÕES XXXII



Camarada Manuel Jorge, In Memoriam

Manuel Jorge, nosso camarada e companheiro de luta, faleceu em Paris, França, na madrugada do dia 25 de Julho.

Conheci-o na Coreia do Norte para onde fomos enviados pelo Presidente do MPLA, Agostinho Neto, com vista a uma formação militar.

Manuel Jorge era parte de um grupo de jovens estudantes angolanos entre os quais Eurico Gonçalves e Correia Neto que nos idos de 1969, em Coimbra, Portugal, faziam estudos superiores.

Respondendo a um apelo de Agostinho Neto e, pondo acima de tudo os sentimentos patrióticos, pegaram em si e demandaram-se para “os ondas” de que, apenas pelos jornais, conheciam a longínqua e conturbada existência e que se chamava República Democrática e Popular da Coreia, a Coreia do Norte. E suspenderam assim a formação para a qual, provavelmente, familiares se sacrificaram e/ou se quotizaram.

Uma Aventura? Que importa! A luta de libertação nacional contra o colonialismo português de que conheciam bem as dificuldades e as desconsiderações sofridas pelos angolanos, em particular pelos negros, exigia de todos os nacionais os seus engajamento e participação activos. Porque não eles também.

Idos de vários horizontes, outros camaradas responderam ao apelo: da França (Jorge Morais/Monty e Rui Castro Lopo/ Muxima); da Argélia (Carlos Pestana

Heineken/Katyana e Mário Afonso de Almeida/Kasesa); da “Frente Leste” /do “maquis” (“velho” Augusto Alfredo, Ngakumona e Katanga); de Brazzaville (Diogo de Jesus, Nelito Soares e Loló Neto/Kiambata).

Durante os 10 meses, que durou a formação militar, tivemos a oportunidade de nos conhecermos, de avaliarmos as qualidades humanas de cada um; os complexos de toda a ordem, entre os quais raciais e de classe; a formação profissional, os conhecimentos teóricos e práticos, os sonhos; a dificuldade e até relutância em aceitar a formação política e mesmo ideológica, etc.. Em suma: uma “cohorta” de gente díspar seleccionada através de um critério difícil de entender: sete estudantes em formação, um engenheiro agrónomo, dois médicos e três guerrilheiros, para uma formação militar de luta guerrilheira e clássica de posição. Entre eles, havia dois poetas: o Manuel Jorge e o Eurico Gonçalves.

Dos treze que éramos, apenas quatro ou cinco (Katyana, Monty, Kiambata, Kasesa, Katanga?) estão vivos; não sei do paradeiro do camarada Katanga.

Após a nossa formação, a maior parte dos instruendos, não foi correcta e funcionalmente utilizada. Ainda hoje, analisando retrospectivamente a maneira como fomos distribuídos e utilizados, fico com a impressão e a idéia de que a direcção do Movimento apenas, na altura, se limitou a aproveitar a oferta dos coreanos para a formação dos nossos guerrilheiro dada a experiência deles

na luta de guerrilha contra a ocupação japonesa; sem um plano e/ou um programa de como e onde empregar os conhecimentos adquiridos na Coreia. Poucos foram os que, de entre nós, os aplicaram efectivamente no terreno. De entre esses, apenas dois, o Diogo de Jesus e o Nelito Soares, morreram em combate: o Diogo num ataque a uma guarnição portuguesa no Kazombo e o Nelito Soares no cerco e ataque de commandos portugueses à Vila Alice, em Luanda, já durante a transição; o Nelito quase que morreu nos meus braços!

A este propósito de como e onde nos utilizar, voltando ao camarada Manuel Jorge, lembro-me da pergunta que um dia, no VC (ViCi), em Lusaka, me fez o Camarada Agostinho Neto: “Estiveste com o Manuel Jorge na Coreia; achas que o deva colocar na Europa como representante do Movimento ou chamá-lo para aqui”? Não hesitei em opinar: melhor seria nomeá-lo para a Europa!

Porque razão assim o fiz? É que me lembrei do Manuel Jorge que conheci na Coreia e não me pareceu que ele fosse mais útil no maquis

que na diplomacia. “A posteriore”, julgo que fiz bem.

Manuel Jorge, além da sua contribuição à luta no exterior, pôde assim aproveitar para se formar em direito; transformar-se num membro do “Barreau” parisiense; casar e formar família; candidatar-se à docência superior e notabilizar-se como académico e como advogado, dignificando a sua origem angolana.

Presidente da Casa de Angola em Paris, Manuel Jorge procurou sempre manter uma ligação, a mais frequente e estreita que lhe foi possível, com o nosso e dele país, visitando-o a miúdo.

Faleceu longe da sua terra natal, Angola, e foi sepultado na terra de adopção, a França, integrando-se nela totalmente e onde nos pareceu viver feliz e realizado, tanto familiarmente como profissionalmente.

Aqui e desde modo, em meu nome e dos sobreviventes companheiros da Coreia do Norte, deixo, à Família, ao “Barreau de Paris”, à Universidade Paris-Sorbonne René Descartes, e à Casa de Angola em Paris, as nossas sentidas condolências e o nosso profundo pesar. ■



■ D.R.

Faleceu longe da sua terra natal e foi sepultado na terra da adopção, a França

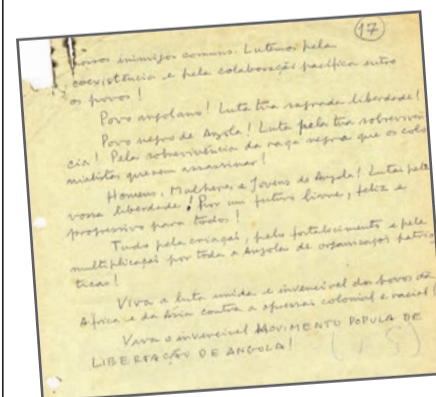


ERRATA

No testemunho recolhido a semana passada a Paulo Lara, membro da Associação Tchiveka de Documentação, ATD, a propósito da publicação de dois livros da autoria do historiador Carlos Pacheco, as fotografias então apresentadas, à excepção da primeira, continham erros na sua legendagem. Aqui está a rectificação necessária, com os nossos pedidos de desculpa quer ao entrevistado, quer à Associação de que faz parte, quer evidentemente aos nossos leitores.



João Manuel Samukanga, ‘Tito Moto-Moto’, entrevistado em 2013 e não em 2003. Um dos ‘fuzilados’ anunciado por Carlos Pacheco



Última página, página 17, e não segunda, como erradamente anunciámos, do Manifesto redigido por Viriato da Cruz